ANEXO VIII

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/XXXX**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/XXXX**

PROCESSO Nº 08200.015593.2013/97

VALIDADE: 12 **(doze) MESES**

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** de **XXXX**, a União, por intermédio da COAD/DLOG/DPF, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Lote 09/10, Asa Sul, Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.494/0014-50, neste ato representado por **(NOME DA AUTORIDADE E CARGO)**, nomeado pela Portaria nº **XXXX**, de **XX/XX/XXXX**, publicada em **XX/XX/XXXX**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº **XXXX**, de **XX/XX/XXXX**, publicada em **XX/XX/XXXX**;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto nº 7.892, de 2013; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 5.450, de 2005; do Decreto nº 3.722, de 2001; do Decreto n° 2.271, de 1997; da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 30 de abril de 2008; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº XXXX/XXXX**, conforme Ata publicada em **XX/XX/XXXX** e homologada pelo **XXXX**;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA , de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) nas quantidades cotadas, para a eventual contratação do item ÚNICO a seguir elencado, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, o referido preço, oferecido pela empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXX**, cuja proposta foi classificada em **XX** lugar no certame.

1. DO OBJETO
   1. O objeto desta Ata é o Registro de Preços para a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de confecção e fornecimento de Cédula de Identidade para Estrangeiro - CIE, compreendendo as especificações constantes do Edital e seus anexos, os quais são parte integrante desta Ata, para a Coordenação de Administração – DLOG/DG/DPF, conforme condições e quantitativo estabelecidos no Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preço:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item único** | **Objeto:** confecção e fornecimento de cédula de identidade para estrangeiro registrado no Departamento de Polícia Federal. | **Quantidade** | **Valor UNITÁRIO** |
| 300.000 | R$ |

* + 1. A descrição e a especificação detalhada do serviço e das tarefas que o compõem constam do Termo de Referência.
    2. Para a perfeita execução dos serviços, a empresa fornecedora deverá disponibilizar toda infraestrutura necessária à confecção e fornecimento das Cédulas de Identificação para Estrangeiros – CIE, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a partir do recebimento da primeira Nota de Empenho, na quantidade estimada e qualidade estabelecida no Termo de Referência, de acordo com os termos da proposta.
  1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Por via deste Instrumento a COAD/DLOG/DPF obriga-se a:

1. notificar o fornecedor registrado quanto à execução do objeto, mediante a retirada da respectiva Nota de Empenho, a qual, para todos os efeitos, será considerada a ordem de fornecimento/serviço;
2. permitir ao fornecedor acesso ao local de execução do objeto, observadas as normas internas de segurança e as demais exigências listadas no Edital e no Termo de Referência;
3. notificar o fornecedor de qualquer irregularidade verificada na execução do objeto;
4. efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência;
5. promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
6. informar ao fornecedor o nome e telefone do Gestor da Ata de Registro de Preços e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
7. designar servidor para o encargo de gestor, a fim de acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;
8. efetuar o pagamento à empresa de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no Edital e no Termo de Referência, após o recebimento do objeto e a apresentação da documentação exigida no ato convocatório.
9. Observar todos os itens que integram o Edital e seus Anexos.
10. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços o fornecedor obriga-se a cumprir fielmente o estipulado no Edital e seus Anexos, neste Instrumento, na sua proposta e, em especial:

1. assinar a Ata de Registro de Preços e retirar a respectiva Nota de Empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da notificação;
2. comunicar imediatamente, por intermédio do Gestor da Ata de Registro de Preços, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste Instrumento;
3. não reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do fornecimento, sem o consentimento, prévio e por escrito, do Departamento de Polícia Federal;
4. não oferecer esta Ata de Registro de Preços em garantia de operações de crédito bancário;
5. não atrasar a apresentação da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, os quais, caso ocorram, importarão em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação da COAD/DLOG/DPF;
6. recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas neste Instrumento e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações assumidas;
7. comunicar ao Gestor da Ata de Registro de Preços, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quaisquer alterações havidas em seus dados cadastrais, tais como endereço e telefone, bem como no contrato social, durante o prazo de vigência desta Ata, devendo apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;
8. acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do Gestor da Ata de Registro de Preços;
9. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto deste Registro de Preços;
10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24 HORAS, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, sem prejuízo de eventuais sanções previstas neste Termo de Referência ou no Edital;
11. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
12. Utilizar empregados com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados e habilitados conforme as normas em vigor para as respectivas categorias;
13. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no DPF, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal;
14. Apresentar com antecedência a relação nominal dos empregados que adentrarão nas dependências do DPF para a execução do serviço;
15. Fornecer crachás de identificação aos seus empregados, em atenção à política de segurança do DPF, para ingresso de pessoas no edifício-sede;
16. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
17. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do DPF, quanto aos horários de atividades, aos locais de circulação, às vestimentas adequadas; ao convívio harmonioso e às regras de segurança orgânica;
18. Relatar ao DPF toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
19. Não empregar(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;
20. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
21. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
23. Orientar seus funcionários a manter sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham ralação ou pertinência com o DPF, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis, administrativas e penais pelo descumprimento;
24. Responder por todos os ônus referentes à prestação do serviço, tais como encargos sociais e legais, transporte de equipamentos, impostos, seguros e obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados;
25. Implantar a infraestrutura da fábrica no local descrito neste Termo de Referência no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos;
26. Instalar, adequar, atualizar ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os equipamentos, softwares e insumos necessários à execução do serviço, com a finalidade de preservar as características físicas, químicas e gráficas das CIEs, descritas na Portaria MJ nº 295, de 14/02/2007, publicada no Diário Oficial da União de 16/02/2007;
27. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo DPF, atendendo de imediato as reclamações;
28. Indicar um técnico para supervisionar a execução do serviço e servir de preposto da empresa;
29. Fornecer mensalmente relatórios gerenciais com descrição das macro-atividades desenvolvidas e mapa de produtividade;
30. Reparar no prazo máximo de 24 horas qualquer indisponibilidade do serviço, sem prejuízo de eventual punição, caso a falta de prestação de serviço seja injustificada;
31. Observar todas as disposições constantes no Edital e seus anexos.
32. DA INEXISTÊNCIA DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES
    1. Considerando que a atribuição de emissão da CIE é exclusiva do Departamento de Polícia Federal, não haverá órgãos participantes, sendo igualmente inviável a divulgação da Intenção do Registro de Preços (IRP), nos termos do artigo 4º, *§1º, do Decreto 7.892, de 2013*.
33. DA ADESÃO À ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES
    1. Considerando que a atribuição de emissão da CIE é exclusiva do Departamento de Polícia Federal, não será permitida a adesão à Ata por órgãos não participantes.
34. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
    1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 **(doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, nos termos do que dispõe o inciso III do § 3º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.
35. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
    1. A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto n° 7.892 de 2013.
    2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1~~º~~ do art. 65 da Lei n~~º~~ 8.666, de 1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art65§1).
    3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
    4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
       1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
       2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
       3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
    5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
       1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
       2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
    6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
36. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
    1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
       1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
       2. Não retirar a respectiva NOTA DE EMPENHO, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
       3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
       4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666 de 1993 ou no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;
       5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
    2. Ocorrendo fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o seu cumprimento, devidamente comprovados e justificados, a Ata poderá ser cancelada:
       1. por razão de interesse público; ou
       2. a pedido do fornecedor.
37. DA CONTRATAÇÃO COM O FORNECEDOR
    * 1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de **NOTA DE EMPENHO**, obedecidos os requisitos pertinentes do artigo 15, do Decreto nº 7.892, de 2013, e do artigo 62 da Lei 8.666, de 1993.
      2. As condições de fornecimento e de pagamento, os critérios de recebimento e de aceitação do objeto, as disciplinas de controle e de fiscalização da execução do serviço, os termos da garantia do serviço e dos acordos de nível de serviço, a indicação do local de execução do serviço e os casos de rescisão são as estabelecidas no Termo de Referência anexo ao Edital da licitação.
    1. O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia a cada nova contratação por emissão da respectiva NOTA DE EMPENHO (artigo 9°, inciso XI, do Decreto n° 7.892, de 2013).
    2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, retirar a **NOTA DE EMPENHO**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.
       1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para retirar a NOTA DE EMPENHO, a Administração poderá encaminhá-lo para aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja retirado no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.
       2. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração, desde que se respeite o prazo de validade da Ata.
    3. Antes da emissão da NOTA DE EMPENHO, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3°, § 1°, da IN SLTI/MPOG n° 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
    4. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto desta Ata de Registro de Preços.
    5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da empresa fornecedora com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da prestação de serviço.
    6. A empresa fornecedora deverá manter durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
    7. Durante a vigência da Ata, a fiscalização será exercida por um representante da Administração Pública, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços.
38. DA GARANTIA
    1. Não será exigida garantia na presente Ata de Registro de Preços.
39. DO REAJUSTE
    1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
40. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
    1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº **XXXX/XXXX** e a proposta da empresa.
    2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto n° 3.555, de 2000, do Decreto nº 7.892, de 2013, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.
    3. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Seção Judiciária de Brasília-DF - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília-DF, **XX** de **XXXX** de 2013.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante do Órgão

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante da Empresa